

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CURSO DE HISTÓRIA**

LISANE FERREIRA DE JESUS

**A CABANAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
(PNLD 2010- 2015).**

**CRICIÚMA – SC
2016**

LISANE FERREIRA DE JESUS

**A CABANAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
(PNLD 2010- 2015).**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de Licenciando do Curso de
História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense- UNESC.

Orientador: Prof. Me Paulo Sérgio Osório

**CRICIÚMA – SC
2016**

LISANE FERREIRA DE JESUS

**A CABANAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO
(PNLD 2010- 2015).**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciando em História, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História da Educação.

Criciúma, 16 de Novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Paulo Sérgio Osório- Mestre - Orientador (UNESC)

Prof. João Henrique Zanelatto – Doutor (UNESC)

Prof. Michele Gonçalves Cardoso - Mestre - (UDESC)

“Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim”.

(Jo. 14:6)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças durante esses anos do curso.

Aos meus pais, João de Jesus e Raimunda de Jesus, que me apoiaram incondicionalmente para que eu continuassem em meio as circunstâncias.

Ao meu esposo Cleiton Monteiro por ter me auxiliado no final do curso, e aos meus queridos irmãos pela gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir como a revolta da cabanagem é abordada nos livros didáticos. A Revolta da Cabanagem, na historiografia, aconteceu nos anos de 1835 à 1840, ficando conhecido como a mais significativa revolta social do período regencial no Brasil. Por meio desta pesquisa podemos observar que o livro didático é mais uma mercadoria que gera lucros, e em muitos casos são produzidos por empresas ligadas aos exterior. Seguindo de uma análise sobre a seleção e organização dos conteúdos do livro didático de História do segundo ano do ensino médio, dos autores José Geraldo Vince de Moraes e Reinaldo Seriacopi- História: geral e brasil, Alfredo Boulos Júnior- História sociedade e cidadania, e Gislane Campos Azevedo- História em movimento: o mundo moderno e a sociedade contemporânea. Como referência para esta pesquisa, citamos a autora Circe Bittencourt, como o propósito de entender esse mundo didático, e também outros autores que abordam a mesma temática. Sabendo que este material é o mais utilizado nas escolas da rede pública de ensino, sendo destinada a grande maioria dos estudantes de todo o país. Dessa maneira, os livros estão repletos de informação, e cabe ao professor colocar-se como ponte para que o aluno possa construir o conhecimento. Por tanto, esta pesquisa pretende contribuir para amenizar a carência de trabalhos acadêmicos com a temática da cabanagem. Sabendo que a maioria do aporte teórico que os alunos utilizam é por meio do livro didático, por essa razão, buscamos contribuir nas pesquisas referente as temáticas da educação, com o intenção de instigar reflexões referente a importância do livro didático como material de auxílio do professor sala de aula.

Palavras-chave: Cabanagem. Livro didático. Revolta.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- O caboclo paraense	17
Figura 2- Memorial da Cabanagem em Belém.....	24
Figura 3- História Geral e Brasil	28
Figura 4- História Sociedade e Cidadania	30
Figura 5- Por dentro da História.....	31
Figura 6- Guerreiras da Amazônia	33
Figura 7- Habitação ribeirinha.....	35
Figura 8- reflexões de uma virada	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O CONTEXTO DA CABANAGEM	13
2.1 OS ELEMENTOS DE UM CONFLITO POPULAR	13
2.2 OS SUJEITOS SOCIAIS DA CABANAGEM.....	16
2.3 A REVOLTA DA CABANAGEM	18
3. A CABANAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO	25
MÉDIO (2010 À 2015)	25
3.1 O LIVRO DIDÁTICO E A INDÚSTRIA CULTURAL.....	25
3.2 APRESENTAÇÃO DAS FONTES DA PESQUISA.....	28
3.3 UMA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO.....	32
4- CONCLUSÃO	39

1. INTRODUÇÃO

A Cabanagem foi uma revolta que ocorreu na província do Grão-Pará, entre 1835 à 1840, durante o período regencial no Brasil, no entanto, essa luta popular dos cabanos reflete desde os tempos da independência em 1822, e também, com o massacre do brigue Palhaço (RAYOL, 1970, p. 100) no ano seguinte, contribuíram para que o sentimento de revolta pairasse sobre os cabanos¹. Nesse acontecimento centenas de pessoas perderam suas vidas no porão desse navio, após o mercenário John Greenfell, militar inglês a serviço do império Brasileiro, assassinou friamente 5 homens, e aprisionou 256 suspeitos² no porão do brigue, que era comandado pelo tenente Joaquim Lúcio Azevedo, como forma de reprimir as manifestações populares na província.

A província do Grão-Pará se encontrava isolada do resto do país, era a parte mais ligada a Portugal. E com a Independência declarada, a Província só reconheceu em agosto de 1823 a adesão ao governo de D. Pedro I que foi violentamente imposta seguindo de pequenas insurreições até que em 1835 a revolta inicia, gerando uma sangrenta guerra entre os cabanos e as tropas do governo central, que durou até 1840.

A partir dos anos de 1865 a 1890 iniciaram as produções acerca da Cabanagem, *Motins Políticos* é a mais antiga e até hoje a referência historiográfica mais importante sobre a revolta, são retratados acontecimentos políticos na província do Grão-Pará desde o ano de 1821 até 1835, escrita pelo bacharel paraense Domingos Antônio Raiol, o barão de Guajará.

Outra obra importante que descreve a cabanagem é do autor Jorge Hurley *Traços Cabanos* (1936), aborda características da identidade nacional, representados pelos índios e tapuios participantes da revolta. O autor Hurley foi membro do IHGP sendo considerado o principal representante das obras comemorativas do centenário da Cabanagem.

A exemplo, o livro de Júlio José Chiavenato (1984), descreve as péssimas condições de vida da população cabana, onde, os grandes fazendeiros e comerciantes se aproveitaram da situação para também tomar o poder do regente em execução, já que os mesmos estavam descontente com o novo presidente que o governo havia nomeado para a província do Grão-Pará. Segundo Chiavenato (1984, p.14):

¹ Cada um dos líderes da revolta popular chamada Cabanagem ocorrida no Estado do Pará entre os anos de 1831 a 1840; Aquele que vivia às margens dos rios amazônicos, em humildes cabanas. O povo cabano era na maioria índios e mamelucos e era explorado pelo branco português, bem sucedido em suas empresas.

² Os homens que foram presos gritavam por água e por ar, a tripulação do brigue atiravam para onde estavam os presos, matando várias pessoas. E por fim, os marinheiros jogaram cal viva sobre os prisioneiros, as mortes somaram 252 milicianos e praças.

Há mais de cem anos enterrou-se a rebelião dos cabanos do Grão-Pará em documentos do poder, amarelecidos, para que não se percebesse que é possível, contra todas as perspectivas, uma luta absurda e impraticável na visão tradicional do poder.

No entanto não o nosso objetivo investigar no geral essas produções sobre a historiografia da cabanagem, e sim de analisar a revolta dos cabanos nos livros didáticos do segundo ano do ensino médio.

Este trabalho busca auxiliar estudos voltadas para temáticas da educação, com o intenção de impulsionar reflexões referente a importância do livro didático como material de auxílio do professor sala de aula. Tendo como objetivo geral analisar o contexto histórico que iniciou a revolta da cabanagem e as representações que o mesmo tem nos livros didáticos. Dessa forma, é importante discutir os fatores que levaram à revolta dos cabanos no Pará no período entre 1835 e 1840, identificar os sujeitos sociais que participaram da revolta, analisar se há diferentes representações da cabanagem nos livros analisados, os tipos de imagens presente nos livros didáticos, textos complementares se houver, e a linguagem do texto.

Neste caso, as instituições de ensino básico atualmente têm como material principal o Livro Didático, este material é usado principalmente nas aulas de História como um apoio teórico e prático durante as aulas da disciplina em questão. Sendo assim, esta pesquisa tenta abordar algumas questões relacionadas ao livro didático, e como esse material se apropria de temas históricos em especial a Cabanagem.

Diante disso, para compreender esse universo didático, discutiremos a distribuição do material didático, como: Ministério da Educação (MEC), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros elementos que auxiliam para sua distribuição.

Para a execução desse trabalho, a metodologia de pesquisa adotada foi a bibliográfica, tendo como referência a obra de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008), Júlio José Chiavenato (1984), Domingos Antônio Raiol (1970), Décio Gatti Júnior (2004), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (2001), José de Assunção Barros (2005), Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier (1994), Darcy Ribeiro (1995), Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (1982) e Caio Prado Júnior (1978) de forma a analisar os livros didáticos e também compreender os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos referentes ao período a ser estudado.

De certa forma as aulas de História contribuem na compreensão das relações de poder existente na sociedade e, como o livros didático é a ferramenta mais utilizada nas escolas, e de se esperar que por meio desses as aulas sejam conduzidas para uma reflexão,

sobre os processos de dominação, contribuintes no desenvolvimento das relações sociais, o porquê da exclusão e dominação de alguns conteúdos, tornando história contido nesses livros seletiva, pois grande parte dos capítulos estão fragmentados. É sobre a revolta da cabanagem até contém imagens mais pouco reflexão e informações referente ao assunto.

Os livros didáticos escolhidos como fontes e analisados, pertencem segundo ano do ensino médio. Os livros selecionados foram: História: Geral e Brasil (MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes, Reinaldo Seriacopi, 2010); História sociedade e cidadania (Alfredo Boulos Júnior, 2013); História em movimento: o mundo moderno e a sociedade contemporânea (Gislane Campos Azevedo, 2013).

Esta pesquisa está estruturada em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O contexto histórico da Cabanagem”, buscamos abordar o contexto histórico e político da sociedade brasileira do período regencial e os sujeitos sociais participantes da revolta.

No segundo capítulo, intitulado “A Cabanagem nos livros didáticos de história do segundo ano do ensino médio (PNLD 2010 à 2015)”. Buscamos discutir o uso do livro didático como material de auxílio para o professor na sala de aula, assim como, de que maneira essa revolta é retratada nos livros didáticos. Sendo uma das revoltas mais significantes do período regencial, em que teve a participação popular, inclusive das mulheres, mas que não tem visibilidade nos livros analisados.

2. O CONTEXTO DA CABANAGEM

2.1 OS ELEMENTOS DE UM CONFLITO POPULAR

Antecedendo o Período Regencial, o Império brasileiro sofria oposições de grupos contrários a monarquia, como os políticos liberais (moderados e exaltados) que buscavam implantar o regime republicano.

Situados ao centro do campo político imperial, os moderados apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias. Pretendiam – e nisso foram bem sucedidos – realizar reformas político-institucionais que reduzissem os poderes do imperador, conferissem mais prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário e garantissem a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade moderna que não ameaçasse a ordem imperial. Já à esquerda do campo, adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, estavam os exaltados, que, inspirados principalmente em Rousseau, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos. (BASILE, 2004, p. 260).

Ademais, um grave conflito na província de Pernambuco sobre a liderança dos liberais radicais, que proclamaram a Independência do Nordeste no ano de 1824, formando assim a *Confederação do Equador*. Contudo, o movimento ficou dividido após a abolição do tráfico negreiro pelo porto de Recife e a crescente participação popular nas tropas revolucionárias, com isso, a classe nobre rompeu com a liderança do movimento e passou apoiar as tropas imperiais. Diante disso, a situação encontrava-se favorável a Dom Pedro I, que pediu auxílio financeiro à Inglaterra, que por sua vez, enviou tropas negociatas para combater os confederados e, executar as lideranças do movimento.

Somado a este conflito, pode-se perceber que o Brasil enfrentava um desequilíbrio econômico e social após a guerra da Cisplatina em 1825, que resultou na criação de um novo país, a *República oriental do Uruguai* e a perda de vários homens. Após esse combate, o Brasil afundou-se em dívidas para sustentar uma guerra perdida, e que só fez aumentar ainda mais a insatisfação do seu governo. Junto a isso, no âmbito internacional, a política do imperador não era bem vista na Europa, o movimento contrário ao absolutismo aumentava cada vez mais.

Outro fato importante ocorrido anteriormente a renúncia do Imperador Dom Pedro I, foi a recepção de seus aliados, sobretudo os portugueses, no Rio de Janeiro. Na mesma noite, opositores do governo organizaram protesto contra o Imperador. Este confronto entre os

aliados do governo e opositores foi desastroso, ficando conhecido como “Noite das Garrafadas”. Durante três dias houve luta e alvoroço entre os dois grupos políticos. Após esse episódio, a continuação de Dom Pedro I no trono do Brasil ficou improvável. Entre outros fatores, o Imperador abdicou ao trono brasileiro em favor de seu herdeiro Pedro de Alcântara, e voltou para Portugal. No caso seu filho D. Pedro II tornou-se o segundo imperador do Brasil.

Por mais dignas de atenção que tenham sido as rebeliões nordestinas, o fato é que os rumos do país foram traçados, com menores sobressaltos e mudanças, a partir da capital e das províncias a sua volta. Foi assim na Independência, e seria assim no episódio da queda do primeiro imperador. Em março de 1824, Dom Pedro I dominava a cena, tendo condições políticas para dissolver a Constituinte e baixar um Constituição. Sete anos depois, foi obrigado a abandonar o trono. (BORIS, 1930, p. 154).

No entanto, o novo imperador era menor de idade e não poderia assumir o governo, nesse caso a constituição³ determinava que fosse formado um governo provisório até que o monarca atingisse idade suficiente para assumir o trono.⁴ Durante o retorno de Dom Pedro I para Portugal, seu filho, o Imperador Dom Pedro II ficou sob a tutela de José Bonifácio, um conhecido político da época do Primeiro Reinado, e a direção do país estavam sobre o comando dos dirigentes nomeados pelos grupos políticos mais próximos à corte imperial, situada na cidade do Rio de Janeiro.

O período começou com a regência “Trina Provisória”⁵, dois senadores e um general eles ficaram no poder até que houvesse eleições para a escolha dos regentes, e esse tempo durou cerca de três meses, dando impulso ao “avanço liberal” através das reformas descentralizadoras com união das forças liberais os grupos políticos exaltados e moderados, na luta contra os que eram a favor da restauração da monarquia. Com essa união foram estabelecidas reformas institucionais, que tinham por objetivo acalmar as tensões que estavam acontecendo nas regiões do Brasil.

O período regencial posterior à abdicação de Dom Pedro I é chamado de Regência porque nele o país foi regido por figuras políticas em nome do Imperador[...] O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder. (BORIS, 1930, p. 161).

³ SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. História do Brasil (1º Grau). 11ª ed. São Paulo: Editora Ática, 128 p.

⁴ DREGUER, Ricardo. TOLEDO Eliete. **História**: conceitos e procedimentos (7ª série). 1º ed. São Paulo: Atual, 2006. 160 p.

⁵ A trina provisória buscava o equilíbrio político, pois ligava em um mesmo governo representante dos moderados, o Marques Carneiro de Campos, para representar os exaltados escolheram o Senador Campos Vergueiro, e como o fiel da balança escolheram Francisco de Lima e Silva que era um militar centrista.

Nessa disputa política os fazendeiros do sudeste tinham o maior número de parlamentos, conseguinte, seus representantes controlaram o governo regencial, “que realizou eleições para a escolha de três regentes permanentes”, e entre os escolhidos havia representantes da região Sul e do Norte. Assim, os regentes eleitos criaram em 1831 a Guarda Nacional, com o propósito de reforçar seu poder, e que também eram utilizados para conter as manifestações locais. E durante uma Assembléia em 1834, foi aprovado um “Ato Adicional” à Constituição, onde concedia maior autonomia às províncias para eleger os juizes locais, como também de criarem a própria polícia.

Entretanto, os grupos que defendiam a autonomia dos estados, criticavam as ações tomadas pelas regências, pois estes grupos políticos estavam ligados à corte imperial, e portanto, as principais decisões no Brasil vinham diretamente da nobreza. Diante disso, os desentendimentos políticos aumentaram após uma série de revoltas nas províncias. É simultaneamente, no Executivo e no Parlamento persistia as disputas entre os conservadores, grupo político a favor da centralização, que tinham como objetivo pôr fim aos movimentos populares e separatistas que persistiam no país. Por outro lado haviam os Liberais, aqueles que eram a favor da descentralização.

É por fim em 12 de agosto de 1834, a Regência Trina Permanente foi substituída pela “Regência Una”, apenas um regente iria governar.

Nessa época, os desentendimentos políticos aumentaram, causado por uma série de revoltas, em alguns casos essas revoltas tinham um caráter separatista, ou seja, tinham como objetivo a independência de seus territórios, e os conflitos que envolveram os grupos federalistas⁶, e o governo regencial, tendo como objetivo autonomia as províncias e sua independência.

As revoltas que aconteceram nesse período foram, a *Revolta Farroupilha* (Rio Grande do Sul), a *Balaiada* (Maranhão), a *Sabinada* e *Revolta dos Malês* (Bahia). Na província do Grão-Pará, outro movimento que se opôs às ordens do governo regencial, foi a *Cabanagem*.

A Cabanagem do Pará é o único movimento político do Brasil em que os pobres tomam o poder, de fato. É o único e isolado episódio de extrema violência social, quando os oprimidos – a ralé mais baixa, negros, tapuios, mulatos e cafuzos, além de brancos rebaixados que parecem não ter direito à branquitude, [...] assumem o poder e reinam absolutos, eliminando quase todas as formas de opressão, arrebatando

⁶ Sistema político (estados, províncias) ou grupos se unem para formar uma organização mais ampla como, por exemplo, um Estado Central. No sistema federalista, os estados que o integram mantêm a autonomia.

com a hierarquia social, destruindo as forças militares e substituindo-as por algo que faz tremer os poderosos: o povo em armas. (CHIAVENATO, 1984, p. 12-14).

Liderada por setores populares, principalmente pelas populações ribeirinhas⁷, segundo o historiador Caio Prado Júnior (1978, p. 69), a cabanagem tornou-se “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade”.

Para Chiavenato, a Cabanagem foi a luta dos oprimidos contra as classes dominantes. Pela afirmação da unidade do povo em luta, as contradições entre os próprios cabanos foram ignoradas e não explicadas.

A revolta popular, começou com pequenas insurreições e conflitos sociais entre às áreas rurais e urbanas da província do Grã-Pará. Durante esse período surgiram alguns nomes dos principais líderes enredados na rebelião de 1835. Como o Cônego Batista Campos, o fazendeiro Clemente Malcher, os irmãos Francisco Pedro e Antônio Vinagre, Eduardo Angelim. No entanto, os líderes cabanos encontraram muita dificuldade para se manter no poder e assim, estabelecer um governo revolucionário. As divergências e os conflitos entre eles, de certa forma, ocasionaram o insucesso da revolta.

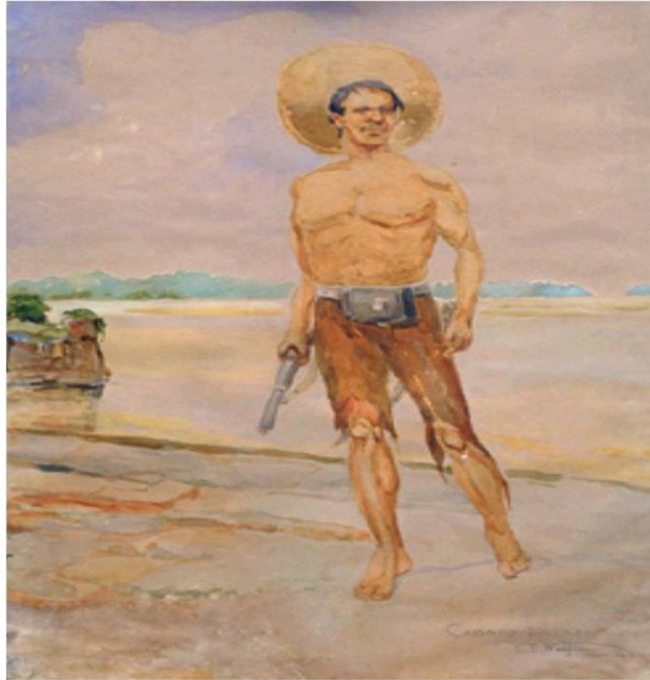
2.2 OS SUJEITOS SOCIAIS DA CABANAGEM

É indispensável analisar os sujeitos sociais participantes da revolta da cabanagem, bem como, a situação vivida por estes atores. A partir do modo de vida dos envolvidos, podemos entender os tipos de relações e interesses que os motivou a ingressar neste conflito, bem como, suas possíveis ligações durante as disputas.

Por conseguinte, o autor Júlio José Chiavenato (1984), em seu livro intitulado *Cabanagem: o povo no poder*, o autor descreve que a população cabana vivia em péssimas condições de trabalho e moradia, e os grandes fazendeiros e comerciantes se aproveitaram da situação para também tomar o poder do regente em execução, já que os mesmos estavam descontentes com o novo presidente que o governo havia nomeado para a província do Grão-Pará. De fato ela se encontrava isolada do resto do país, e estava mais ligada a Portugal.

⁷ São povos que vivem nas beiras dos rios e geralmente são extremamente pobres e sofrem com as poluições dos rios (esgoto) e com os assoreamentos e a erosão. A comunidade ribeirinha da Amazônia vivem em casas de palafitas. As atividades desempenhadas são o artesanato e a agricultura, sabendo que a maioria das culturas e criações de animais são complementares à alimentação como caça, pesca e algum extrativismo vegetal.

Figura 1- O caboclo paraense



Fonte: Alfredo Norfini

Os cabanos, protagonistas da luta cabocla, foram representados por Alfredo Norfini- 1940, em uma obra intitulada “*O Cabano Paraense*”. Sendo retratado pelo artista como uma luta revolucionária e libertadora. No entanto, houve uma dessemelhança de sujeitos envolvidos no movimento cabano, sendo composta tanto por sujeitos de classes pobres e trabalhadoras, quanto pela elite proprietária, intelectual e política. Sendo assim, o movimento da cabanagem teve a participação dos povos indígenas, as comunidades quilombolas, soldados e membros da elite local, entre outros.

Os atores políticos envolvidos na Cabanagem vinham das mais diferentes origens sócio- econômicas: grupos indígenas, tapuios e escravos; membros das tropas, do clero e das lojas maçônicas; latifundiários e proprietários brancos e escravistas, como os três presidentes cabanos, Félix Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim; intelectuais ilustrados como, por exemplo, Alberto Patroni, que, em 1821, levou ao Grão-Pará sua primeira tipografia, para editar o jornal *O Paraense*, em defesa da independência e o cônego Batista de Campos, que também editou o jornal e fez ampla difusão de idéias libertárias na província. Mesmo com a evidente pluralidade de origens e interesses dos participantes da Cabanagem, a historiografia, por muito tempo, pretendeu eleger grupos ou interesses particulares como representantes universais do vasto conjunto de atores em luta. (LIMA, 2004, p. 1)

Toda a região Norte aderiu a cabanagem, a partir das proximidades da capital Belém, passando por toda a calha do rio Amazonas e seus principais afluentes, até as

redondezas de Manaus. Nestas regiões, foram expressivo a participação da população, pois aldeias, povoados e vilas localizados nesta região estavam em disputa.

Um caso paradigmático deste tipo de relação com a Cabanagem são os Wajãpi. Tal grupo, falante de uma língua do tronco Tupi-Guarani, vivia, no período de ocorrência da Cabanagem, nas margens do rio Jarí, próximos à sua embocadura com o rio Iratapuru, não muito acima da calha amazônica (cf. Gallois, 1994: 10). Segundo Dominique Gallois, quando eclodiram as disputas, os Wajãpi não participaram como combatentes, porém, pela proximidade geográfica com alguns dos núcleos populacionais intensamente imersos nos conflitos, este grupo teve contato e vivenciou algumas das disputas entre grupos rebeldes e legalistas. (LIMA Apud GALLOIS, 2004, p. 7).

Nesta citação, o autor afirma a presença de grupos indígenas que participaram da revolta da cabanagem. No entanto, é importante esclarecer que havia comunidades que estavam totalmente afastados da área urbana, que por este motivo não participaram da Cabanagem. Mas que de alguma forma ficaram sabendo do acontecimentos através de relatos de experiência de quem ouviu-o ou, participaram do combate. É possível dizer que algumas aldeias participaram de maneira indireta, pois, a disputa chegaram até suas terras, e em muitos casos foram obrigados a abandonar o que tinham e, fugiram para outros territórios. Em outros casos, a partir do momento que o conflito chegou em sua comunidade, participaram de maneira efetiva criando alianças de acordo com a situação vivida.

Podemos perceber que os participantes da revolta da cabanagem se uniram em favor de uma causa comum, o desejo de liberdade e contra uma condição colonial que não sofreu mudanças com a independência, como aponta Bezerra Neto (2001, p. 83), no entanto, o autor ainda afirma que esse desejo de todos não impediu que os cabanos lutassem pelos seus objetivos individuais.

2.3 A REVOLTA DA CABANAGEM

Nesta trabalho tratamos a cabanagem como uma revolta, pois os cabanos do Grão-Pará não aceitaram as condições impostas pelo presidente da província, e por isso se rebelaram contra o governo até tomarem o poder.

A pequena cidade de Belém nesse período tinha em média 24 mil habitantes, mas esta cidade tornou-se um importante centro comercial, é dos seus portos eram transportado é cravo, salsa, fumo, cacau e algodão. É possível notar a importância dos portos da cidade de Belém para a economia da região.

A partir da leitura do livro de José Chiavenato, é possível compreender que à independência do Brasil causou esperança na população da província do Grão-Pará, aqueles homens que trabalhavam como escravos nas pequenas oficinas da região e nas roças, com este acontecimento essas pessoas acreditavam que finalmente ganhariam sua liberdade e teriam seus direitos reconhecidos, juntamente com os homens livres e mestiços encorajados pelas ideias dos liberais. Do outro lado, líderes liberais e parte da igreja católica disputavam uma independência mais efetiva que desligassem os portugueses e ingleses do controle político e econômico da província.

Após a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, a província do Grão-Pará continuava ligada a Portugal, não aceitavam fazer parte dos Estados brasileiros. Os Patriotas, ou liberais radicais, convenceram grande parte da população a declarar fidelidade a Constituição lusitana. Todavia, após a exoneração dos governantes pelo imperador, os patriotas pediram a criação de um governo popular, e como presidente da província o Cônego Batista Campos.

Com o propósito de acelerar o processo de adesão, o almirante Greenfell assegurava aos portugueses que apoiassem ao Estado brasileiro teriam suas propriedades garantidas, tendo apenas que jurar lealdade ao império brasileiro. Além disso, poderiam gozar de grande influência na política local.

A Junta Governativa que era presidida por D. Romualdo de Sousa Coelho, resolveu reunir extraordinariamente um conselho para deliberar sobre a situação. Às 7 horas da noite de 11 de agosto, no Palácio do Governo, a junta governativa reuniu-se, tendo o comandante das armas José Maria Moura procurado adiar a decisão do Conselho, o que não ocorreu, pois o povo presente à reunião bradava, exigindo a adesão. A reunião encerrou-se às 23 horas. [...] Tudo parecia resolvido, contudo, deposta a junta, os patriotas refugiados no interior exigiram a formação de um governo popular, sob a chefia de Batista Campos. (AUGUSTO, 2009).

Em 15 de agosto de 1823, foi Proclamada a Adesão do Pará à Independência do Brasil, a província estava unida ao Império. E o povo, comemorou nas ruas esse fato. Depois de alguns dias, o povo descobriu a verdadeira intenção do comandante Greenfell em dar certos privilégios aos portugueses que prestaram juramento de obediência à Sua Majestade Imperial. E a partir daí as manifestações começaram, a população estava insatisfeita com a recém instalada Junta Provisória, suspeita de manter no poder os comerciantes e latifundiários portugueses.

Os revoltosos estavam descontrolados, e acabaram por invadir as casas dos portugueses e saquearam seus armazéns. O líder dos revoltosos, cônego Batista Campos,

tentou evitar alguns desses conflitos, porém, foi preso pelo comandante inglês como um agitador político.

Com autoritarismo, disposto a manter a “ordem”, Greenfell executou friamente 5 homens, como forma de reprimir as manifestações populares, e amarrou Batista Campos à boca de um canhão aceso. Membros da Junta Provisória intercederam e recomendaram a transferência do Cônego para ser processado e julgado no Rio de Janeiro. Greenfell recuou e soltou Batista Campos. (PREZIA, HOOMAERT, 2000).

Dessa maneira, o almirante Greenfell também, aprisionou 253 homens suspeitos de envolvimento no conflito, sendo que eles foram colocados no porão do brigue “Palhaço”, sob o comando do tenente Joaquim Lúcio Azevedo. Mas que segundo Seki (2011) “devido às insuportáveis condições, os homens confinados berravam por água e por ar”, não satisfeitos com a crueldade, foi lançada sobre os prisioneiros uma nuvem de cal viva, desse massacre sobreviveu somente um, João Tapuia. No total morreram 252 milicianos e praças, sufocados e asfixiados.

Podemos afirmar, que neste clima de angústia e crueldade, os cabanos paraenses começaram a dar os primeiros passos de uma longa caminhada, que os levariam ao início da Cabanagem em 1835, dez anos depois do massacre do Brigue Palhaço.

O descontentamento que dominava não só Belém, mas igualmente o interior do Pará, aumentou com a nomeação do novo presidente da província, Lobo de Souza. O cônego João Batista Campos, importante líder das revoltas ocorridas em 1823 e duramente reprimidas, tornou-se novamente porta-voz dos descontentes, principalmente da igreja e dos profissionais liberais. A Guarda Municipal, pró-brasileira, era conscientizada por um de seus membros, Eduardo Angelim, que denunciava sobretudo os agentes infiltrados em toda parte. (NETO, 2001, p. 81).

A partir de 1834, as manifestações de rua tornaram-se mais intensas em Belém, a guarda do governo conseguiu dispersar os manifestantes, efetuando algumas prisões dos envolvidos. Um pouco antes de 7 de janeiro de 1835, os líderes da revolta, Cônego Batista Campos e Eduardo Angelim, refugiaram-se na fazenda de Félix Clemente Antônio Malcher, região do Acará, próxima a Belém, onde já se encontravam os irmãos Francisco e Antônio Vinagre. As forças militares perseguiram e prenderam Malcher juntamente com outros líderes. Revoltado, o povo de Belém acompanhava os acontecimentos.

De acordo com Racci (2006), é quase certo que Batista Campos deveria ter sido aclamado líder da revolução de 1835, mas morreu um pouco antes no Acará. Ao fazer a barba provocou, por descuido, um corte profundo em uma espinha no rosto por intermédio

da navalha que usava. O ferimento aparentemente sem importância infeccionou, o que ocasionou sua morte em 31 de dezembro de 1834.

De acordo com Augusto (2009), iniciava-se a Cabanagem, a mais importante revolta popular do período regencial. Com a prisão de Felix Malcher, sobre as ordens do presidente Bernardo Lobo de Sousa, credenciava Malcher à liderança do movimento cabano. Este fato foi o estopim para a eclosão cabana como aponta Ricci (2006, p. 13):

A bandeira de luta dos levantados de janeiro resumia-se na morte aos portugueses e aos maçons. Neste primeiro momento, as mortes e as perseguições a estes dois grupos foram pontuais, culminando no assassinato das duas autoridades máximas da Província. [...]Durante a primeira tomada de Belém, em 7 de janeiro, os atos revolucionários concentraram-se em libertar Malcher da prisão, matar e perseguir os inimigos do tronco liberal a que Malcher pertencia, especialmente Lobo de Sousa e seu Comandante das Armas, Joaquim Santiago.

Depois da morte de Batista Campos, o grupo de índios, tapuios e mestiços, ligados às tropas comandadas por líderes da revolta, organizaram-se em quatro frentes para invadirem Belém, a capital da província do Grão-Pará.

Líderes como o padre João Batista Gonçalves Santos, o fazendeiro Félix Antônio Clemente Malcher e os irmãos Vinagre — Francisco Pedro, Manuel e Antônio — armaram uma conspiração contra o governador. Em janeiro de 1835, o governador foi assassinado. Os rebeldes ocuparam a cidade de Belém e formaram um governo revolucionário presidido por Malcher, que defendia a criação, no Pará, uma república separatista. (NETO, 2001, p. 82).

A guarnição da cidade adere a revolta, garantindo assim a vitória dos cabanos. Dias depois, o presidente da província, Lobo de Souza, e inúmeros outros representantes da legalidade foram mortos e outros expulsos da capital pelos revoltosos. Diante disso, Malcher foi proclamado presidente da província.

O governo do primeiro presidente cabano, Clemente Malcher, não durou por muito tempo, pois o tenente-coronel, latifundiário, dono de engenhos de açúcar, identificava-se mais com os interesses do grupo dominante derrotado, nesse caso, Malcher traiu seus companheiros, já que a província do Grão-Pará permaneceu ligada a Portugal. Além disso, como citou Ricci (2006, p. 18):

Félix Clemente Malcher buscou frear o ímpeto revolucionário em janeiro de 1835, conclamando os cabanos a largarem suas armas, trocando-as por suas ferramentas agrícolas. Várias razões levaram o primeiro líder cabano a tomar esta atitude contra-revolucionária. Malcher havia ajudado a redigir um documento, no qual ele e seus compatriotas afirmavam que a morte do antigo Presidente Bernardo Lobo de Sousa

estava ligada a uma exaustão generalizada e a um governo marcado por sua prepotência e arbitrariedades.

Os desentendimentos internos no movimento, acabaram por enfraquecer a revolta. Pois houve uma desagregação da liderança, depois que o presidente Malcher mandou prender Angelim, por motivos irrelevantes causando conflito entre as tropas, de um lado Malcher e as elites dominantes, e, do outro, os irmãos Vinagre e Angelim, juntamente com os cabanos e boa parte da tropa.

Nesse segundo conflito dos cabanos, Malcher foi deposto e preso no dia 19 de fevereiro de 1835, mas, quando seria remanejado para outra prisão em Belém onde ficaria por algum tempo, foi morto por um dos cabanos, teve o seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém.

Sob este evento, inicia o segundo governo cabano, os cabanos voltaram a ocupar Belém e criaram um governo republicano, de fevereiro até agosto de 1835, desligado do restante do Brasil. Agora na presidência e no Comando das Armas da Província, Francisco Vinagre, e este também não se manteve fiel aos cabanos. Após longos meses, Vinagre resolveu deixar o governo diante do mensageiro carioca, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues.

Se não fosse a intervenção de seu irmão Antônio, teria entregue o governo ao poder imperial, na pessoa do marechal Manuel Jorge Rodrigues (julho de 1835). Devido à sua fraqueza e ao reforço de uma esquadra comandada pelo almirante inglês Taylor, os cabanos foram derrotados e se retiraram para o interior. Reorganizando suas forças, os cabanos atacaram Belém, em 14 de agosto. (NETO, 2001, p. 84).

Diante dessa circunstância, de acordo com a constituição Imperial foi feita uma eleição para presidente. E o mais votado foi Ângelo Custódio e tinha como sede eleitoral a cidade de Cameté. Os protestos continuaram por pouco tempo em Belém, até que a cidade tinha sido finalmente evacuada, parecia que o conflito havia terminado. No entanto, ainda no mês de agosto os cabanos novamente invadiram a capital Belém, numa batalha que durou nove dias, por conta da prisão de Francisco Vinagre, sob as ordens do Marechal Rodrigues.

Durante essa tomada dos cabanos, Antônio Vinagre acabou morrendo e Eduardo Angelim assumiu a presidência, cerca de 10 meses, e os cabanos estavam cada vez menos subordinados, exigindo cargos e funções de destaque. Mas assim como foi com Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, faltavam um projeto com medidas concretas para a consolidação do governo cabano. Ainda segundo Ricci (2006, p. 24), a cidade de Belém estava um verdadeiro caos:

[...] muitos moradores já haviam abandonado Belém. A fuga em massa de cabanos que, roubando os armazéns e as lojas dos antigos moradores, saíam com canoas cheias pelos rios tornava a vida na cidade muito difícil. No meio deste caos, chegou a varíola, que matou muitos cabanos, inclusive o Comandante das Armas de Angelim.

Diante da falta de autoridade de Angelim, ele teria mandado matar, surrar ou prender escravos e homens livres pobres e tapuios que teriam “lavado mãos em sangue inocente”. E ainda de acordo com Ricci (2006, p. 25), teria sido este o motivo que fez com que Angelim resolvesse fugir de Belém.

Em março de 1836, o brigadeiro José de Sousa Soares Andréia foi nomeado para presidente da Província. A sua primeira providência foi de atacar novamente a capital (abril de 1836), já que os cabanos resolveram abandonar a capital para resistir no interior.

As forças navais sob o comando de Grenfell bloquearam Belém e, no dia 10 de maio, Angelim deixou a Capital, sendo detido logo em seguida. Entretanto, ao contrário do que Soares Andréia imaginou, a resistência não terminou com a detenção de Angelim. Durante três anos, os cabanos resistiram no interior da província, mas aos poucos, foram sendo derrotados. Ela só cederia com a decretação de anistia aos revoltosos (1839). Em 1840 o último foco rebelde, sob liderança de Gonçalo Jorge de Magalhães, se rendeu. (SEKI, 2011).

Após a tomada de Belém pelo General Andréa, foi reestabelecido a legalidade na Província. No entanto, as lutas ainda duraram quatro anos nas cidades mais afastadas da capital da Província, as tropas militares iam avançando de forma violenta para conter os revoltosos.

Figura 2- Memorial da Cabanagem em Belém.



Fonte: revperiodoregencial-1205-cp2.blogspot.com

A revolta dos cabanos, ou a Cabanagem do Grão- Pará, continua viva na memória do povo paraense como o movimento que permitiu que as classes populares chegassem ao poder. A Cabanagem hoje é o nome de um bairro da capital Belém, foi ocupada após a criação de um monumento arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer que homenageia o movimento popular da Cabanagem ocorrido na década de 1835, e foi responsável pela no Período Regencial. Neste monumento denominado *Memorial da Cabanagem*, ficaram depositados os restos mortais de alguns dos líderes da Cabanagem durante anos, mas, por conta das obras de reestruturação do Sistema Viário do Entroncamento, os restos mortais cômego Batista Campos está localizado na Igreja de São Francisco Xavier, em Barcarena Velha, e de Eduardo Angelim, nas ruínas da capela da fazenda Madre Deus, no furo do Carnapijó em Barcarena.

3. A CABANAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO (2010 À 2015).

3.1 O LIVRO DIDÁTICO E A INDÚSTRIA CULTURAL

No Brasil, a ligação entre o Estado e o mercado de livros didáticos é mediada pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), desde 1985, onde o governo compra os livros a pedido dos professores para serem disponibilizados a todos os alunos das escolas públicas.

Podemos dizer que o livro didático é mais uma mercadoria e conta com aprovação do Estado, em outras palavras, as editoras buscam se adequar aos critérios do governo, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas definições de cada edital do PNLD. Sobre isso, o autor Gatti Júnior discorre que:

A existência do mercado consumidor é uma condição óbvia para a sobrevivência das coleções didáticas e, no caso brasileiro, das próprias editoras. Sem as compras do governo federal, boa parte das editoras nacionais não teriam crescido tanto como cresceram entre as décadas de 1970 e 1990. (GATTI, 2004, p.183).

Atualmente, existem uma variedade de materiais didáticos que podem ser usados pelos professores como um apoio na sala de aula, como explica a autora Circe Bittencourt (2008, p. 296):

Os *Supporte informativo* corresponde a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares. [...] pertencem ao setor da indústria cultural e são produzidos especialmente para a escola, caracterizando-se por uma linguagem própria, por um tipo de construção técnica que obedecem a critérios de idade, como vocabulários, extensão e formatação de acordo com princípios pedagógicos. Outro grupo de materiais didático é constituído pelos denominados *documentos*. Os educadores do referido centro de pesquisa denominam assim todo o conjunto de signos, visuais ou textuais, que são produzidos em uma perspectiva diferente dos saberes das disciplinas escolares e posteriormente passam a ser utilizadas com finalidade didática.

A linguagem assim como temáticas dos livros didáticos, são categorias importantes e que precisam de atenção, pois precisam ser acessível aos leitores, sabendo que esses livros não comportam toda a história de um determinado tempo, e em muitos casos temas como a revolta da cabanagem que está contida no conteúdo do período regencial, aparecem de forma resumida.

O conhecimento histórico não se limita apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam a sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que a produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOURT, 2008, p. 183).

As aulas de História, por exemplo, deve exercer um papel fundamental nesse processo de construção do saber crítico, e como o livro didático é a ferramenta mais utilizada na sala de aula é importante ligar seus conceitos para uma reflexão sobre os processos de dominação presente no desenvolvimento das relações sociais, de forma a entender esse processo, e também as relações de poder existente na sociedade.

Se os livros didáticos assumiram um papel importante nos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos na educação escolarizada, quais eram as consequências deles não estarem disponíveis para toda a população que ocupava os bancos escolares? Ao que parece, o livro didático tornava-se mais um dentre os diversos objetos culturais que assinalava diferenciação e exclusão social. (GATTI, 2004, p.25).

Para alguns autores os livros didáticos são visto como “*objetos da cultura escolar*”, um material de apoio que tem sido alvo de muitas críticas por apresentar um discurso simplificado e permanente, único e distante daquilo que existe de fato, como a realidade dos alunos. No entanto o livro didático é um material gratuito e que está presente no sistema educacional.

A história, assim estudada nos livros didáticos, acaba tendo um caráter idealista em virtude de divagar pelo mundo das ideias sem buscar entender a lógica da contradição dos fenômenos sociais. Os fatos aparecem como ‘naturais’ e dificilmente são analisados como a expressão de um contexto marcado por contradições produzidas a partir das condições materiais em que os homens se encontram em determinado contexto histórico. (DALAROSA apud LOMBARDI, 2000, p.45).

De acordo com o autor, o livro didático apresenta uma história sem nenhum oponente, como se os acontecimentos tivessem ocorrido naturalmente, verdades que estão imposta e não são questionadas. Porém, as aulas da disciplina de História deve ser reflexiva, fazer compreender as relações dominantes presente nos conceitos estudados na sala de aula, sabendo que os livros didáticos possuem ideologias, opiniões de grupos específicos, mesmo

sendo coleções de escolas públicas ou privadas. Nesse caso, o autor Franco (1982, p.18- 41) afirma que a ideologia é:

[...] um conjunto de valores que, em uma sociedade de classes, refletem os interesses particulares de apenas uma classe social: aquela que domina as relações de produção. [...] Não podemos, igualmente, compactuar com uma História onde interessa apenas demonstrar que ‘os heróis e os grandes feitos não são heróis nem grandes, na medida em que não acordem com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a historiografia oficial.

A partir da análise feita nos livros didáticos do segundo ano do ensino médio podemos afirmar que as editoras dos livros seguem determinações específicas de cada edital do PNLD, pois a maneira como esses livros discutem a revolta da cabanagem é similar, e apesar de ter analisado livros publicados em anos diferentes ainda sim tentam responder as mesmas questões, como por exemplo o porquê do nome cabanagem, fazendo ligação com os moradores ribeirinhos que habitavam em cabanas.

Outros materiais didáticos que podem auxiliar nas aulas de História, são os livros paradidáticos de História, documentos históricos, imagens e filmes. Em alguns casos os próprios livros didáticos dão dicas de atividades complementares. Mas todo esse trabalho requer planejamento e leva tempo para ser aplicado, e o professor precisa estar interessado em seguir passo a passo da atividade e até mesmo desenvolver pesquisas para melhor aprofundamento. Pois, a grande questão não está no material, é sim na forma como os professores os utilizam.

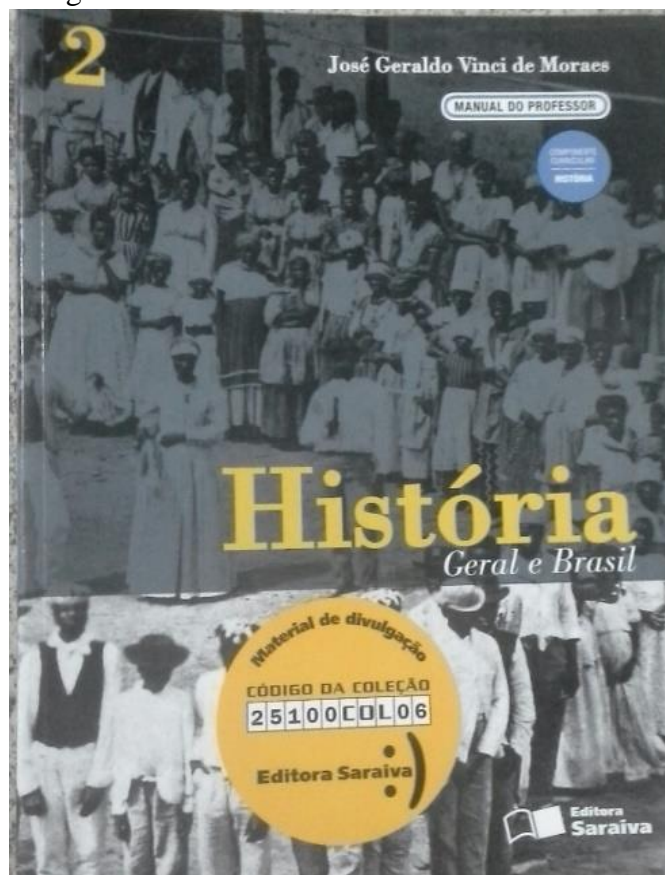
Sobre a escolha dos livros didáticos, que serão utilizados em sala de aula pelo professor, em alguns casos, a própria direção da escola se encarregar na escolha do livro, optando ainda pelos livros mais compactado, nesse caso, o autor Lombardi (2000, p. 130) ressalta quanto a produção de informações “é preciso “lê-las” com “instrumentos” que possibilitem o desvelar dos sentidos, dos interesses que nelas estão contidas, mas que não se revelam claramente”. Desse modo, a escolha do livro didático requer tempo e dedicação, pois sabemos que são oferecidos uma variedade de livros de diferentes editoras, e que somente um de história será utilizado com os alunos durante alguns anos, certamente aquele que o professor acreditar ser o mais completo.

3.2 APRESENTAÇÃO DAS FONTES.

Por conseguinte, iremos analisar três livros didáticos da Rede Estadual de Ensino, da cidade de Criciúma, que atende o segundo ano do Ensino Médio, PNLD 2010, 2013 e 2015, em razão de que é nesta série que está contemplada a temática geral desta investigação, a revolta da cabanagem.

Neste livros serão analisados o conteúdo histórico da cabanagem, os tipos de imagens, textos complementares, se houver, e a linguagem do texto. Buscando ainda identificar se houve mudanças na apresentação da temática da revolta da cabanagem nos livros analisados, pois esses materiais foram produzidos em diferentes datas.

Figura 3- História Geral e Brasil



Fonte: Moraes, Seriacopi (2010).

Livro 01- **História Geral e Brasil**, este material foi pensado pelo autor José Geraldo Vinci de Moraes, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo- USP.

Tem realizado pesquisas sobre História da Cultura Brasileira, com destaque na cultura musical e nas escuta dos sons. E também pesquisa aspectos da cultura da cidade de São Paulo, e principalmente a musical no período da Primeira República. Tendo como linha de pesquisa entre a memória e a história da música.

Este livro produzido pela editora Saraiva no ano de 2010, possui 25 capítulos divididos em quatro unidades, no total de 320 páginas.

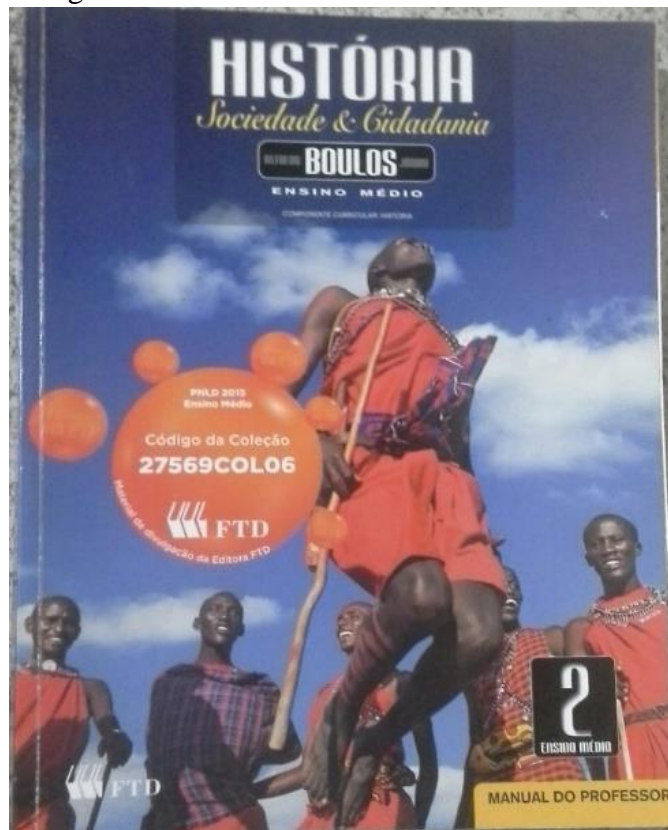
No início de cada unidade foram colocadas imagens que representam a temática dos capítulos, para que no final de cada unidade o leitor esteja mais preparado para fazer a leitura do documento. O autor ainda propõe alguns trabalhos que contemplam toda a unidade.

A linguagem utilizado no livro é acessível para os leitores dessa faixa etária, alunos do segundo ano do ensino médio, bem como disponibiliza textos complementares que auxiliam na compreensão do conteúdo estudado, outro ponto, o livro ainda possui boxes presente em quase todas as páginas, contendo textos curtos e com alguma curiosidade ou significados das palavras.

As imagens presentes no livro apenas ilustram o conteúdo histórico. No decorrer do texto, essas imagens variam desde representações de pinturas, caricaturas, fotografias, e também, mapas e gráficos.

As atividades estão elaboradas a partir de textos que auxiliam nas respostas. O livro ainda disponibiliza questões de vestibulares e do Enem, e também, dá dicas de livros, filmes e endereços de pesquisas que ajudaram o leitor a ter um olhar a mais sobre o assunto.

Figura 4- História Sociedade e Cidadania



Fonte: Júnior, 2013.

Livro 02- **História Sociedade e Cidadania**, foi elaborado pelo autor Alfredo Boulos Júnior, doutor em Educação (área de pesquisa: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História Política e Sociedade. O autor tem trabalhado principalmente nos seguintes temas representação, imagens, africanos, afrodescendentes, livro didático e África.

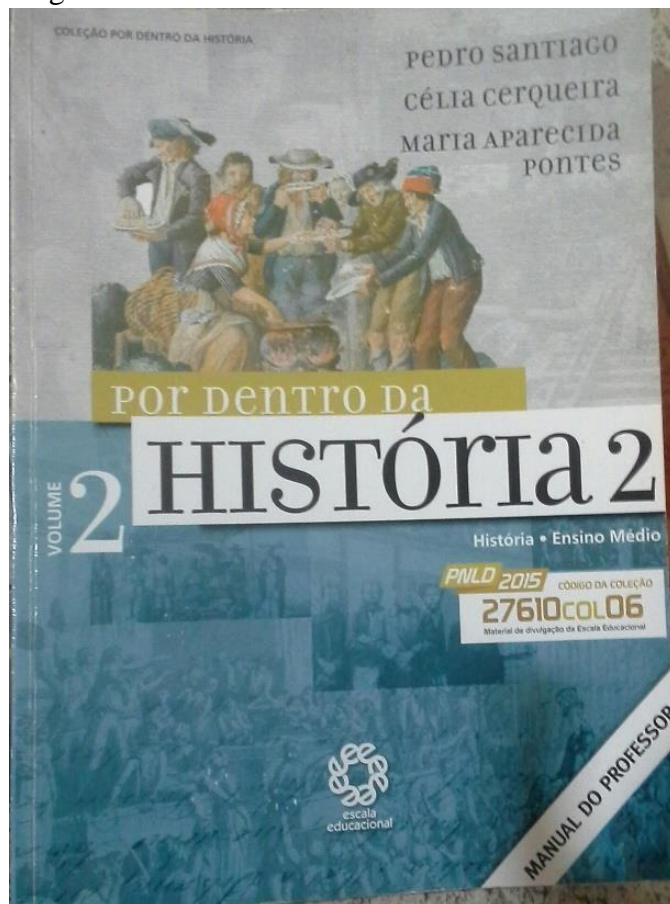
Este material foi produzido pela editora FTP no ano de 2013, possui 16 capítulos divididos em quatro unidades. Os conteúdos deste livro estão organizados por eixos- temáticos, totalizando 400 páginas.

O autor aborda os conteúdos de maneira integrada, optando por uma história cronológica, incluindo história Geral e também, do Brasil. O livro apresenta no início de cada unidade, questões importantes para refletir que serão discutidos nos capítulos do livro. O livro ainda apresenta várias imagens no decorrer dos capítulos, contendo legendas que discutem o tema abordado.

A linguagem do texto acessível e de fácil compreensão. As imagens contidas no livro, principalmente as que estão no início de cada capítulo, permitem ao aluno levantar hipóteses que podem dialogar com a temática.

Assim como os outros livros didáticos analisados, este também apresenta questões de vestibulares, e atividades relacionadas com o temática do capítulo. O livro ainda sugere alguns textos e imagens que podem ser analisados como fontes de pesquisas.

Figura 5- Por dentro da História



Fonte: Santiago, Cerqueira, Pontes, 2013.

Livro 03- **Por dentro da História**, este material foi elaborado pelos autores Pedro Santiago (Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas- Unicamp), Célia Cerqueira (Graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília- UnB) e Maria Aparecida Pontes (Graduação em Pedagogia pela Faculdade Metropolitanas Unidas- FMU). Foi produzido pela editora Escala Educacional no ano de 2013, possui 20 capítulos divididos em três unidades.

O livro apresenta uma linguagem fácil o texto do livro pode ser considerado descritivo. Quanto as imagens, elas ajudam a ilustrar os conteúdos que estão expostos no livro didático.

O livro em questão apresenta no final de cada capítulo uma proposta de projeto Interdisciplinar, possibilitando o diálogo com outras áreas de estudo, assim como, disponibilizam questões que foram temas do ENEM e das principais universidades do país.

Esses foram os livros analisados durante esta pesquisa, no sub- título a seguir, faremos uma investigação mais detalhada, observando de que forma as editoras trabalham a cabanagem. E por sua vez, problematizaremos esse conteúdo a partir da sua descrição nos livros didáticos.

3.3 UMA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO.

Com base nos materiais escolhidos para serem analisados, buscaremos iniciar um estudo dos livros didáticos relacionando como tema de análise a Revolta da Cabanagem. Iremos ressaltar as diferentes visões da revolta apresentadas no discurso textual e nas imagens que estão expostos no livro didático.

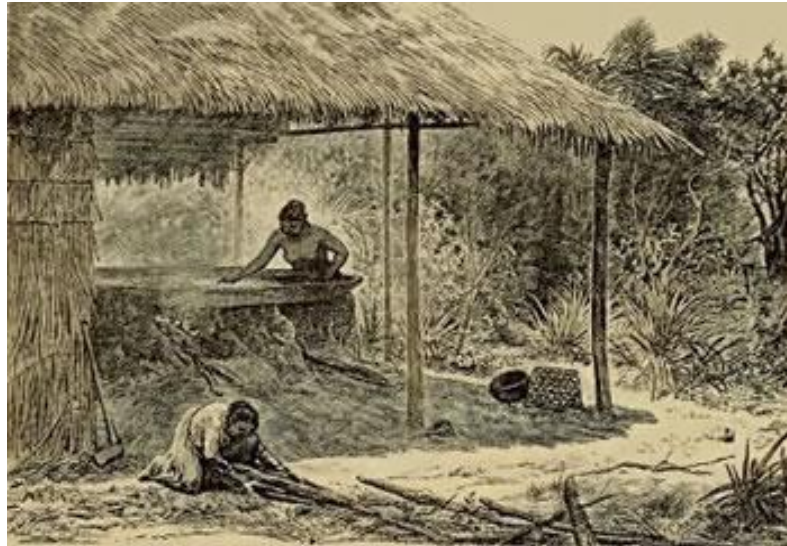
Outro ponto importante que observamos nos livros analisados e que os autores são unânimes em citar que os participantes da revolta eram caboclos, nativos da região e negros, homens que de alguma forma estavam descontentes com o governo da província. No entanto, as mulheres também participaram de maneira intensa na revolta da cabanagem, ficando de fora pela historiografia sobre a revolta da cabanagem. Mas que nenhum dos livros analisados mencionaram a participação das mulheres nesta revolta. E portanto, a autora Eliana Ferreira coloca (2003, p. 4):

O comandante refere-se “No número de Mulheres aprisionadas pela última partida”, ou seja, o documento dá indícios de que eram várias mulheres ainda vagando pelas matas e rios. Estas, pode-se presumir que estivessem sozinhas, pois, não há referências a prisões de cabanos no momento de aprisionamento delas. A mulata despertou a suspeita de ser cativa, portanto, devia ser restituída ao seu proprietário, senhor Fernando, morador em Macapá. Teriam as mulheres participado das frentes de combates? Ou ficaram atuando somente pela retaguarda? A retaguarda não seria também uma frente relevante de combate para o sucesso da luta? As relações de gênero, construídas culturalmente, designam a esfera do poder político e do conflito como apanágios dos homens. O combate assume também a divisão sexuada dos papéis e do espaço político dos sujeitos.

Em alguns casos as mulheres também foram detidas por ajudar os revoltosos, principalmente eram elas que cuidavam da alimentação dos fugitivos, em outro ponto as mulheres eram como uma “rede de comunicação”, responsáveis por informar os participantes da revolta. Assim como os cabanos tinham suas aliadas, o governo imperial também

contavam com algumas mulheres da elite a sua disposição, mas é claro temendo que estas perdessem seus privilégios durante o conflito (FERREIRA, 2003, p. 5), pois muitos cabanos já tinham tomado a força propriedades e arrasaram armazéns pertencentes aos portugueses.

Figura 6- Guerreiras da Amazônia



Fonte- J. Wells Champney.

As mulheres que até pouco tempo não era vista pela historiografia, mas nesse caso aparecem como sujeitos participante da revolta da cabanagem, independente do lado em que essas mulheres estavam no conflito, e certo que de alguma forma elas estavam envolvidas nessa revolta.

No livro didático de José Geraldo Vinci de Moraes, o temática a cabanagem está inserida no capítulo 14 denominado “Regências e Revoltas”, nesse ponto o autor descreve o período de cada regência, Regência Trina Provisória, Trina Permanente e Regência Una, resumido em um só parágrafo. Na sequência, a temática da cabanagem aparece abaixo do sub título “Revoltas regenciais”. Para aborda o tema da revolta dos cabanos o autor disponibilizou uma página, com a descrição- “A Cabanagem”. O texto é bem resumido e apresenta apenas uma imagem para representar a condição de vida dos revoltosos.

O autor descreve que essa revolta se alastrou até a província do Amazonas. Ele ainda a ponta que no mesmo período aconteceu outra revolta denominada a “Cabanada”⁸,

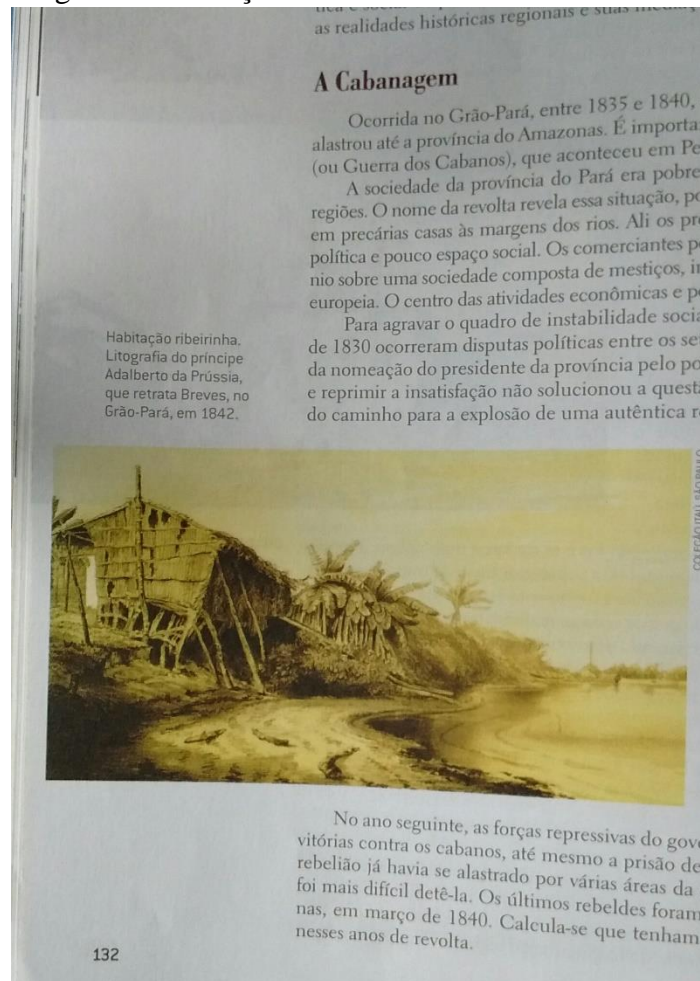
⁸ A Cabanada foi um movimento que aconteceu em Pernambuco e Alagoas, durante o período imperial, em 1832. Os cabanos, como eram conhecidos, tinham objetivo de restaurar a monarquia no Brasil, e com o desenrolar dos fatos obteve um viés de revolta popular em favor da liberdade dos homens escravizados, pois eles decidiram romper com os senhores de engenho, já que os mesmos estavam invadindo suas terras. Podendo

porém em Pernambuco, e nos arredores de Alagoas (1831-1832). No caso, a cabanagem do Grão-Pará, o autor discute que as péssimas condições de moradia dos cabanos contribuíram para o início da revolta, que tiveram o apoio também dos proprietários rurais e comerciantes que tinham “pouca força política e pouco espaço social”. Frente a isso, os cabanos tomados por um sentimento de revolta, em 1835 tomaram a cidade de Belém. É importante destacar que o autor também registra que houve disputa política entre os líderes da revolta após o conflito, no momento em que eles queriam controlar a província, mas mantendo vínculo com o governo regencial.

O livro tenta descrever a revolta da cabanagem, apontando o local onde ocorreu a revolta, a data, os principais envolvidos e como terminou esse conflito. O autor afirma ainda que “a historiografia trata a Cabanagem como a mais representativa revolta regencial, por sua variada composição, pela ampla participação popular e pelo fato de seus integrantes terem assumido temporariamente o poder da província”. (MORAES, 2010, p. 133).

também ser caracterizada como uma revolta de proprietários de terras. O líder do movimento era Ferreira de Paula. O comandante geral das operações, coronel Joaquim José Luís de Souza, armou uma tocaia para apanhar os envolvidos, o plano deu certo e as tropas imperiais destruíram as cabanas, lavouras e animais dos cabanos.

Figura 7- Habitação ribeirinha



Fonte: O autor.

No final deste capítulo, estão expostas três atividades, onde a primeira disponibiliza um recorte do texto do livro *História do Brasil*, do historiador Boris Fausto, para que os alunos descrevam quais os conflitos que aconteceram durante o período regencial. A segunda questão incita o aluno a perceber a diferença e comparar essas revoltas através da elaboração de uma síntese, contendo o nome, a data, o local, os participantes, os objetivos do conflito e como terminou. A terceira questão pede para que os alunos descrevam o que foi o golpe da maioria. As respostas destas questões estão contidas no texto do livro, é também há possibilidade de que o professor faça uma discussão com os alunos sobre essas questões.

Diferente do livro didático anterior, este livro do autor Alfredo Boulos Júnior, cujo título é *História: sociedade e cidadania*, apresenta um espaço maior de informações sobre a cabanagem, além de apresentar imagens, o texto é bem mais detalhado, embora as informações tanto do livro anterior quanto do atual apresentem as mesmas informações sobre

a Cabanagem, descrevendo a região onde aconteceu o conflito, o ano, os participante e como terminou a revolta.

O autor aborda o tema em uma página e meio com o título “A Cabanagem”. Esta abordagem é feita de forma resumida, apontando que esse período era forte o “sentimento de revolta contra as condições de trabalho e o alto custo de vida” (JÚNIOR, 2015, p. 234), e além dos trabalhadores pobres, os fazendeiros da região também estavam descontentes com a administração do presidente da província, pois este foi nomeado pelo governo central, que favorecia aos portugueses que habitavam na região, assim como, o presidente não se importava com os “problemas da população”.

Abaixo de uma das imagens do livro, o autor colocou um box contendo uma curiosidade sobre a trajetória de Eduardo Angelim, um dos líderes da revolta, que migrou com sua família para o Grão- Pará após a grande seca no Ceará em 1827. E segundo o autor, “Com apenas 21 anos assumiu o terceiro governo cabano. Como presidente da província, destacou-se por ter proibido atos de violência contra a população civil e ter liderado pessoalmente a reconstrução de Belém, arrasadas pelas lutas”. (JÚNIOR, 2013, p. 234).

É possível perceber que este livro apresenta número maior de boxes com informações sobre links, descrevendo algum significado ou até mesmo fazendo referência as imagens presente naquela página. Essas informações de certa forma ajudam o leitor a compreender melhor o contexto histórico.

Figura 8- reflexões de uma virada



Fonte: O autor.

As atividades deste livro propõem dois momentos com os alunos, analisarem o texto como fonte, nesse caso o texto da historiadora Claudete Maria Miranda Dias, que descreve a participação do Piauí na Balaiada, que segundo ela é “uma revolta social associada geralmente apenas ao Maranhão”. No segundo momento, sugere que os alunos observem a imagem como fonte, a partir da ilustração de Angelo Agostini onde retrata o coronel a cavalo passando revistando seus soldados, em seguida responder as questões apontado no livro. Há também atividades em grupos e em duplas, no caso de duplas, o livro propõe pesquisas relacionadas com o poema maranhense Gonçalves Dias a “Canção do exílio”, fazendo um diálogo com a disciplina de Língua Portuguesa (Literatura).

No terceiro livro, os autores Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes disponibilizam três parágrafos para apresentar a cabanagem, reafirmando que assim como outras revoltas aconteceram no período regencial, relatando ainda que a condição social da província do Grão-Pará era semelhante ao restante do país. Assim como nos livros

anteriores, mostram que os participantes da revolta eram por sua maioria a população pobre, de origem nativa ou africana e que moravam em cabanas, segundo os autores (2013, p. 149), “às margens dos rios da Amazônia”, e por isso receberam o nome de cabanos.

Nesse livro não há imagens que representem a cabanagem, muito menos textos auxiliares que possibilitam uma melhor compreensão do tema a ser estudado. Quanto as atividades do livro, os autores propõe roteiros de estudos contendo perguntas referente ao conteúdo estudado. Há também atividades em grupo, nessa parte os autores pedem para que os leitores a partir da visão de Darcy Ribeiro, elaborem uma divisão da sociedade brasileira, considerando os aspectos geográficos e históricos.

Muitas questões foram deixados de lado, inclusive o descontentamento com o governo, desde o tempo da Independência do Brasil em 1822, e no ano seguinte o massacre do brigadeiro Palhaço, onde morreram 252 pessoas asfixiada e sufocados.

Sabemos que os livros didáticos apresentam fragmentos de um contextos histórico, no caso, os livros analisados contém imagens, em algumas situações são informações repetidas, a exemplo da abordagem histórica da cabanagem do Grão- Pará, os autores apresentam uma revolta contra o governo regencial do período, e os motivos que levaram a esse movimento dos cabanos não é mencionado, muito menos a participação separada de cada indivíduo.

Diante dos livros analisados, podemos perceber que os autores tem a mesma opinião sobre a cabanagem, pois as mesmas características da revolta presente no primeiro livro analisado, podemos encontrar nos outros dois livros restantes, a diferença dos livros está no espaço disponibilizado pelos autores, pois há textos maiores que os outros, e também nas imagens, sendo que um livro se preocupar em justificar por meio da representação da cabana o nome da revolta. Em outro livro, disponibilizar três representações de imagens, a primeira de um gráfico populacional, a segunda das casas em palafitas, e a terceira de um dos líderes da revolta, no caso, Eduardo Angelim.

4- CONCLUSÃO

Os cabanos do Grão- Pará conseguiram o que em nenhum outra revolta do período regencial conquistaram, o poder com certa estabilidade durante um período, eles lutaram por seus ideais, pela liberdade e esperança de uma vida melhor para suas famílias.

Os autores concordam em dizer que a Cabanagem foi uma revolta de índios, caboclos e mestiços em busca de melhores condições de vida, mas também afirmam que essa revolta teve um caráter político, uma disputa de poder entre as elites de origem portuguesa e o governo imperial, eles se aproveitaram da situação para também tomar o poder, pois sabiam que a população estavam descontente com administração do presidente que o governo havia nomeado para a província.

De certa forma, esse conflito gerou grandes expectativas nos envolvidos, pois eles estabeleceram um governo totalmente independente do restante do Brasil, sendo retratada por muitos autores como a única revolta em que as camadas populares alcançam o poder.

No caso, a história que é retratada nos livros didáticos precisam atender as exigências do governo, que compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos aos alunos das escolas públicas, e essas exigências se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNLD. A partir daí, as editoras fazem as adaptações necessárias nos textos, temas históricos muito longos são resumidos, a princípio para poder ser usado na sala de aula, sabendo que tempo de duração de cada aula, principalmente de História, é pouco, nesse caso uma grande quantidade de temáticas ficam de fora e outros são abordados de forma resumida.

Dessa forma, tentamos discutir os fatores que contribuíram para revolta dos cabanos no Pará no período entre 1835 e 1840, como também, discutimos os sujeitos sociais que participaram da revolta, se há diferentes representações da cabanagem nos livros didáticos, e constatamos que nenhum dos livros analisados fazem qualquer menção da participação das mulheres nessa revolta.

Por essa razão, buscamos compreender como os livros didáticos analisados discutem a cabanagem. Para isso, se fez necessário citar Circe Bittencourt, como o propósito de entender esse mundo didático, assim como outros autores que também discutem sobre os materiais pedagógicos utilizados pelo professor na sala de aula.

Contudo, podemos perceber que os autores dos livros analisados apresentam os mesmos elementos da cabanagem, sendo uma revolta de cabanos contra as tropas imperiais,

mas que diferente das outras revoltas do mesmo período, essa, os revoltosos alcançaram o poder. O que diferencia um livro do outro é o número de páginas separada para esse assunto e as imagens, pois dois dos livros analisados contém imagens que ilustram o conteúdo.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIA, Carla. RIBEIRO, Vanise. *Encontros com a História (7º)*. 1 ed. Curitiba: Positivo, 2006. 384 p.
- AUGUSTO, Jarlison. **Adesão do Pará à Independência do Brasil** - Tragédia do Brigue Palhaço. História e vestibular. Set. 2009. Disponível em: <http://historiacsd.blogspot.com.br/2011/09/adesao-do-para-independencia-do-brasil.html>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- BARROS, José de Assunção. **Campo da história**: considerações sobre a especialidades na historiografia contemporânea. Set. Dez. 2005. p. 230-239. Disponível em: revista.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433. Acesso em: 03 de mai de 2016.
- BASILE, Marcello. **Revoltas regenciais na Corte**: o movimento de 17 de abril de 1832. Porto Alegre: Anos 90. 2004. p. 259-298.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica. 1993, 239 p.
- BORIS. Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013. p.147
- CABRAL, Antônio Pinheiro. **Em tempos Cabanos**: amor e ódio na aurora cabana. 1 ed. Belém: Paka- Tatu, 2012. 228 p.
- CARLOS, José. História do Pará: a tragédia do brigue palhaço. 9 de maio de 2013. Disponível em: <http://liceudeicoaraci.blogspot.com.br/2013/05/historia-do-para-tragedia-do-brigue.html>. Acesso em: 29 out. 2016.
- CHAMPNEY, J. Wells. *Guerreiras Amazônica*. 1879. 9 ilustração.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Cabanagem: o povo no poder**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. 158 p.
- DALAROSA, A. A. Anotações à Questão Para Que Estudar História da Educação. In: LOMBARDI, J.C. (ORG.) **Pesquisa em Educação**: História, Filosofia e Temas Transversais. 2 ed. Campinas. 2000, 180 p.
- DREGUER, Ricardo. TOLEDO Eliete. **História**: conceitos e procedimentos (7º série). 1º ed. São Paulo: Atual, 2006. 160 p.
- FERREIRA, Eliana Ramos. **AS MULHERES NA CABANAGEM: PRESENÇA FEMININA NO PARÁ INSURRETO**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: João Pessoa, 2003. p. 1-8. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.198.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- FONTES, Edilza. **Entrevista de Magda Ricci sobre a Cabanagem**. Belém. 07 de jan. 2012. Disponível em; <http://professoraedilzafontes.blogspot.com.br/2012/01/entrevista-de-magda-ricci-sobre.html>. Acesso em: 27 de out. 2016
- FRANCO, M.L.P.B. **O Livro Didático de História no Brasil**: A versão fabricada. São Paulo: Global Editora, 1982, 105p. (Coleção Teses Educação 9)
- FREITAG, B; COSTA, W.F; MOTTA, V.R. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, 159p. (Coleção Educação Contemporânea).

GATTI JUNIOR, D. **A escrita escolar da História: Livro didático e ensino no Brasil**(1970-1990). Bauru: Edusc, 2004. 250p.

GOMES, Maria de Fátima. Período Regencial. **Oitavos anos em História**. 09 de nov. 2015. Disponível em: <http://oitavosanosemhistoria.blogspot.com.br/2015/11/3-atividade-preezads-aluns-nesta-etapa.html>. Acesso em: 01 de nov. 2016.

_____. **Mapa dos conflitos no Brasil**. 2015. 2 ilustração.

HURLEY, Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Off. Graph. do Instituto Lauro Sodré, 1936. 284 p.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 69.

LIMA, Leandro Mahalem de. **Presenças indígenas na Cabanagem**: proposta metodológica para a compreensão de suas participações diferenciadas. Campinas. 2004. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP.

LOMBARDI, J.C. (org). **Pesquisa em Educação: História, Filosofia e Temas Transversais**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UNC, 2000. 180p.

NETO, José Maia Bezerra. Et al. **A Cabanagem**: a revolução no Pará. Belém: Editora Pakatatu, 2001. p. 80- 83.

NIEMEYER, Oscar. **Monumento da Cabanagem**. 1984. 3 ilustração.

NORFINI, Alfredo. **O cabano paraense**. 1940. 1 pintura.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem**: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001. p. 56- 57.

PREZIA, Benedito. HOOMAERT, Eduardo. **Brasil Indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

RAYOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**: história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 1000.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária**: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Artigo recebido em outubro de 2006 e aprovado para publicação em dezembro de 2006. p. 5-30.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História 2** (Ensino Médio). 3ª ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013. p. 112.

SEKI, Luciano. **Resistência e luta cabana- ML**. A adesão do Pará: a libertação do Pará. Belém. 15 ago. 2011. Disponível em: <http://lucianoseki.blogspot.com.br/2011/08/adesao-do-para-independencia.html>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. História do Brasil (1º Grau). 11ª ed. São Paulo: Editora Ática, 128 p.

FONTES ANALISADAS:

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História sociedade e cidadania** (2º ano). 1 ed. São Paulo: FTD 2013. 400 p.

MORAES, José Geraldo Vinci de. SERIACOPI, Reinaldo. **História: geral e Brasil** (2º ano). 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 320 p.

AZEVEDO, Gislane Campos. **História em movimento: o mundo moderno e a sociedade contemporânea** (2º ano). 2 ed. São Paulo: Ática, 2013. 400 p.